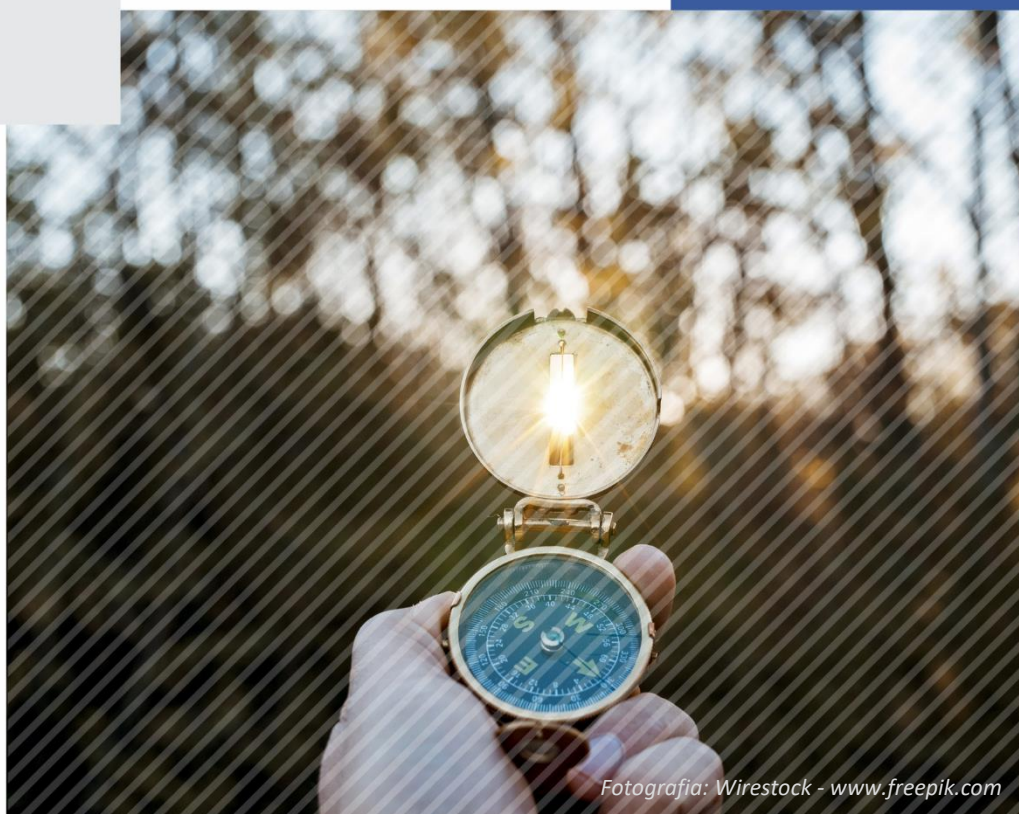


RELATÓRIO



Fotografia: Wirestock - www.freepik.com

SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RELATÓRIO ANUAL | CICLO 2021



Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia
e Planejamento

Instituto Jones dos Santos Neves

Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - SIMAPP.
(Relatório Anual / Ciclo 2021).

Vitória, ES, 2022. 60p. il. tab.

1. Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação. 2. Relatório. 3. Metodologia.
4. Políticas Públicas. 5. Resultado. 6. Espírito Santo (Estado).

I. Cesconeto de Paula, Katia. II. de Deus Demura, Kiara. III. Laranja Monteiro,
Latussa. IV. Gasparini de Miranda, Michele. V. Medeiros Jabor, Pablo. VI. Costa
Leite, Pedro. VII. Mara Pereira, Sandra. VIII. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es),
não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos
Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado
do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

NÚCLEO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO

E RECURSOS HUMANOS – SEGER

Marcelo Calmon Dias

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO

DO ESPÍRITO SANTO – ESESP

Nelci do Belem Gazzoni

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – FAPES

Cristina Engel de Alvarez

SECRETARIA DE ECONOMIA

E PLANEJAMENTO – SEP

Maria Emanuela Alves Pedroso

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Daniel Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Latessa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Geral

Katia Cesconeto de Paula

Elaboração

Katia Cesconeto de Paula

Kiara de Deus Demura

Latessa Laranja Monteiro

Michele Gasparini de Miranda

Pablo Medeiros Jabor

Pablo Silva Lira

Pedro Costa Leite

Sandra Mara Pereira

Bibliotecário

Jair Rosário Filho

elevada para os estudantes do tempo integral, tanto entre os matriculados no 9º ano do Fundamental II (23,5%), quanto entre os da 3ª série do Ensino Médio (15,3%).

Por fim, os resultados da avaliação de impacto indicaram impacto negativo do ETI nas proficiências em Língua Portuguesa e em Matemática dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Por outro lado, a análise dos alunos da 3ª série do Ensino Médio indicou efeito positivo sobre a proficiência em Matemática, e ausência de impacto sobre a proficiência em Língua Portuguesa. Dos exercícios desagregados por ano de implantação, inferiu-se que o desempenho dos estudantes melhora com o tempo de adesão das escolas, possivelmente refletindo a existência de um certo período de adaptação por parte dos envolvidos.

Em suma, o formato da oferta de tempo integral implementado para o Ensino Médio contribuiu para a proficiência dos alunos. Embora resultado análogo não tenha sido observado para os estudantes do Ensino Fundamental II, sugere-se que a troca de experiências e de boas práticas com a rede seja de extrema relevância para o êxito da política, bem como a identificação e o planejamento de atividades voltadas especificamente a cada etapa de ensino.

3.2. Nossa Bolsa

Projeto coordenado por Kiara de Deus Demura

3.2.1. A Política

O Programa Nossa Bolsa, gerenciado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), foi criado em 2006 com a finalidade de conceder bolsas de graduação em faculdades particulares a estudantes que não possuem condições financeiras de custear o valor das mensalidades. Atualmente, o programa foi ampliado e, além de ofertar bolsas de graduação presenciais e à distância, disponibiliza bolsas de Pesquisa de Iniciação Científica, Tecnológica e Extensão pelo período de 12 (doze) meses e bolsas de Mestrado por até 24 (vinte e quatro) meses.

O público-alvo do programa abarca estudantes egressos de escolas públicas capixabas, ou aqueles que tenham cursado o Ensino Médio em escolas particulares na condição de bolsistas integrais. Desde 2006, os candidatos inscritos são selecionados por meio de editais lançados anualmente, cuja aprovação depende da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do atendimento aos critérios de elegibilidade do programa, tais como possuir renda mensal per capita de um salário mínimo – para candidatos às bolsas integrais (100%) – ou de até três salários mínimos per capita – no caso dos candidatos às bolsas parciais (50%). As Instituições de Ensino Superior (IES) integrantes do Nossa Bolsa estão distribuídas por todo o território do Espírito Santo.

3.2.2. Metodologia de Avaliação

O objetivo da pesquisa, elaborada em parceria entre o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a FAPES, é avaliar o impacto do Programa Nossa Bolsa na qualidade de vida dos beneficiários e, assim, auxiliar os gestores na tomada de decisão com informações qualificadas provenientes das atividades. A pesquisa é composta por quatro etapas de pesquisa, sendo a última mais detalhada neste relatório.

A metodologia de avaliação de impacto permaneceu semelhante à utilizada na terceira etapa. Primeiramente realizou-se o cruzamento das bases de dados da FAPES e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS identificada, disponível até 2018.

Para esta etapa, a pesquisa contou com duas extrações de dados pela FAPES. A primeira base contém informações cadastrais sobre os inscritos no programa até o ano de 2017, tais como: nome, CPF, data de nascimento, ano do edital para o qual se inscreveu, curso para o qual se candidatou, nota objetiva no Enem, e status do inscrito em 2017 (“Aprovado”, “Bolsista”, “Cancelado”, “Concluído”, “Inapto”, “Inscrito”, “Matrícula Trancada” e “Reprovado”). A amostra utilizada na avaliação se restringiu aos candidatos inscritos até o edital de 2015, a fim de que fosse possível ter concluintes com algum tempo de exposição ao mercado de trabalho. Para o grupo dos tratados, considerou-se os inscritos que tinham status de “concluído” no banco de dados da FAPES, ou seja, que já tinham concluído o programa em 2017. Para o grupo dos não tratados, considerou-se

os candidatos que não foram selecionados para o programa, ou seja, os que tinham status de “inscritos” ou “reprovados” no banco de dados da FAPES. Da segunda base, extraída em 2021, foram obtidas informações adicionais, como o ano do último semestre cursado pelo bolsista, a qual permitiu atualizar a lista de indivíduos que concluíram o tratamento.

A base RAIS identificada permitiu buscar informações adicionais sobre os candidatos, ou seja, que não estavam presentes nos bancos de dados da FAPES, bem como indicadores de sua situação no mercado de trabalho nos anos de 2017 e 2018. As características dos indivíduos encontradas na RAIS e que não estavam presentes no banco de dados da FAPES foram: raça, nacionalidade, sexo, se pessoa com deficiência e escolaridade. Os indicadores de situação no mercado de trabalho utilizados foram: rendimento médio, número de horas contratadas semanais, e tempo de contratação nos vínculos.

Seguindo os procedimentos das etapas anteriores, o grupo de controle foi selecionado dentre os não tratados da amostra por meio do método de pareamento por “Score de Propensão”. Esse método permite selecionar indivíduos do grupo dos não tratados que sejam semelhantes aos do grupo dos tratados, tendo como critério uma estimativa da probabilidade de o indivíduo ser tratado, dado um vetor de características pré-determinadas, ou seja, que não são afetadas pelo tratamento (IJSN, 2018). Definidos os grupos de tratamento e controle, o impacto do programa sobre as variáveis de interesse foi estimado por meio de um procedimento de análise de regressão, o qual relaciona as variáveis dependentes à uma variável indicadora de participação no programa e um vetor de covariadas formado por características observadas dos indivíduos, quais sejam: gênero, idade, nota objetiva do ENEM, área, turno e número de períodos do curso para o qual o indivíduo se candidatou e ano do edital da inscrição.

Nesta quarta etapa foram aprofundadas as análises realizadas anteriormente, de modo a verificar possíveis impactos heterogêneos do Nossa Bolsa. Mediante a atualização da base de dados da pesquisa, procedeu-se novamente com as estimações de impacto geral do programa sobre a probabilidade de ter ensino superior completo, de obter emprego formal, sobre o salário e o tempo no emprego.

Posteriormente, estimou-se o impacto heterogêneo do programa de acordo com um conjunto de características selecionadas dos beneficiários, a saber: sexo, raça (afrodescendente), idade (jovens com idade abaixo de trinta anos), área do curso escolhido de acordo com classificação do INEP e microrregião da IES. Nesses modelos, reproduziu-se a especificação dos modelos de números pares, ou seja, usou-se modelos com variáveis de controle para diferentes especificações de pareamento.

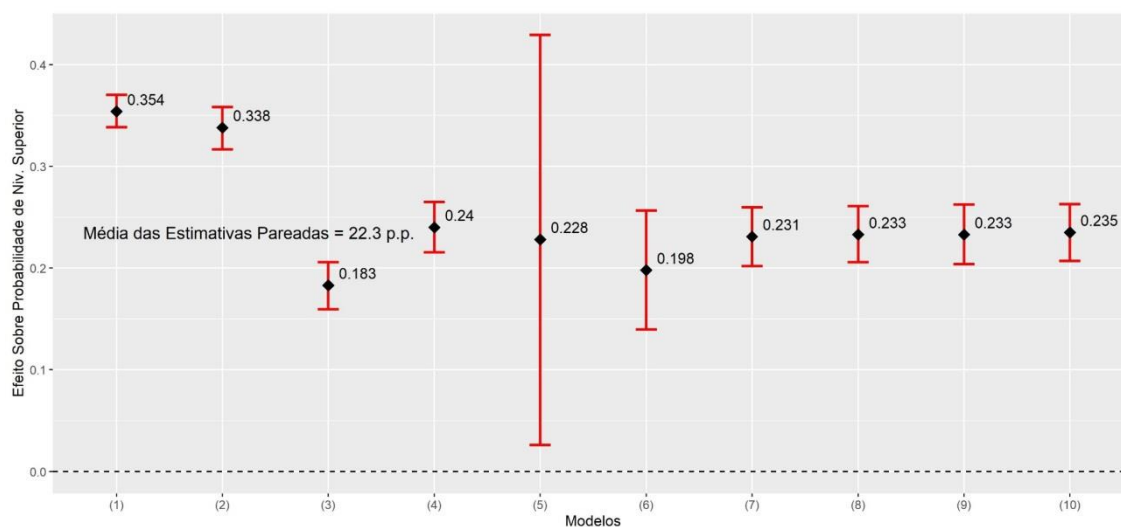
3.2.3. Os Resultados

Nesta seção apresentamos os resultados das estimativas de impacto do PNB sobre a escolaridade e empregabilidade dos participantes, obtidas por meio do modelo de regressão aplicado às amostras pareadas. Os indicadores para os quais foi estimado o impacto do PNB foram: probabilidade de ter escolaridade maior ou igual a nível superior completo, probabilidade de estar em emprego formal nos anos de 2017 e 2018, salário em 2017 e 2018 e tempo no emprego em 2017 e 2018. Os gráficos mostram estimativas obtidas sem pareamento (modelos 1 e 2), com pareamento sem reposição (modelos 3 e 4), pareamento com reposição (modelos 5 e 6) pareamento com raio de 50% (modelos 7 e 8) e pareamento com raio de 10% (modelos 9 e 10).

O Gráfico 1 mostra as estimações de impacto sobre a probabilidade de ter Nível Superior. As duas primeiras estimativas apontam resultados positivos, significativos e superiores a 33 p.p. Contudo, tais resultados são observados com ressalva, visto que as amostras não foram pareadas. Assim, o efeito maior é atribuído ao viés de seleção da amostra oriundo da preparação dos participantes do Programa Nossa Bolsa, consequentemente maior propensão a obter o diploma universitário mesmo sem o benefício.

Entre as estimações pareadas observa-se resultados positivos com margens de erro (intervalo de confiança) que não cruzam o nível zero (linha tracejada). Dessa forma, indicam que o Nossa Bolsa aumenta em 22,3 pontos percentuais a probabilidade de o indivíduo completar o nível superior.

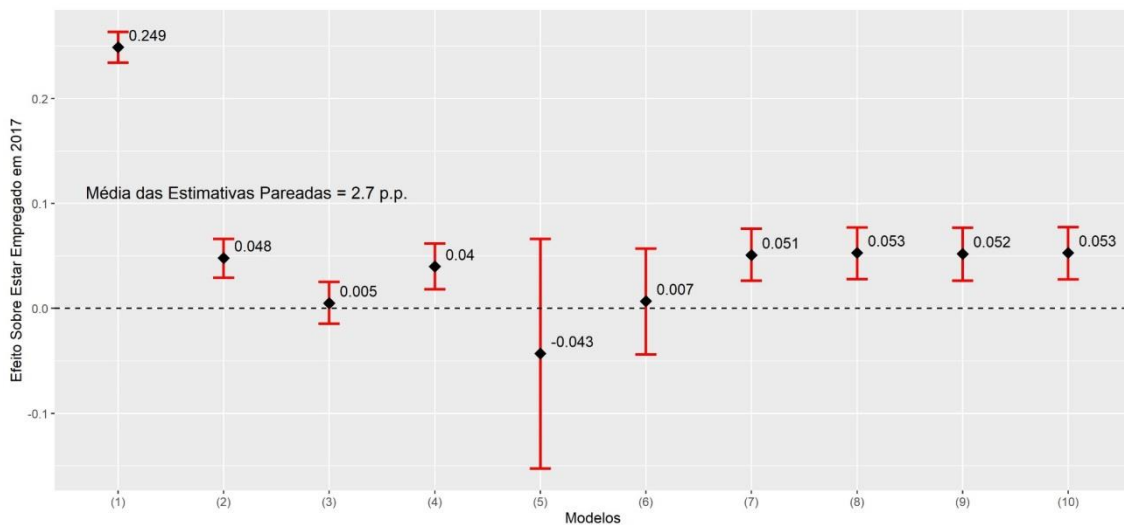
Gráfico 1 – Impacto do PNB sobre a probabilidade de ter Nível Superior



Fonte: Avaliação de Impacto do PNB/IJSN (2021).

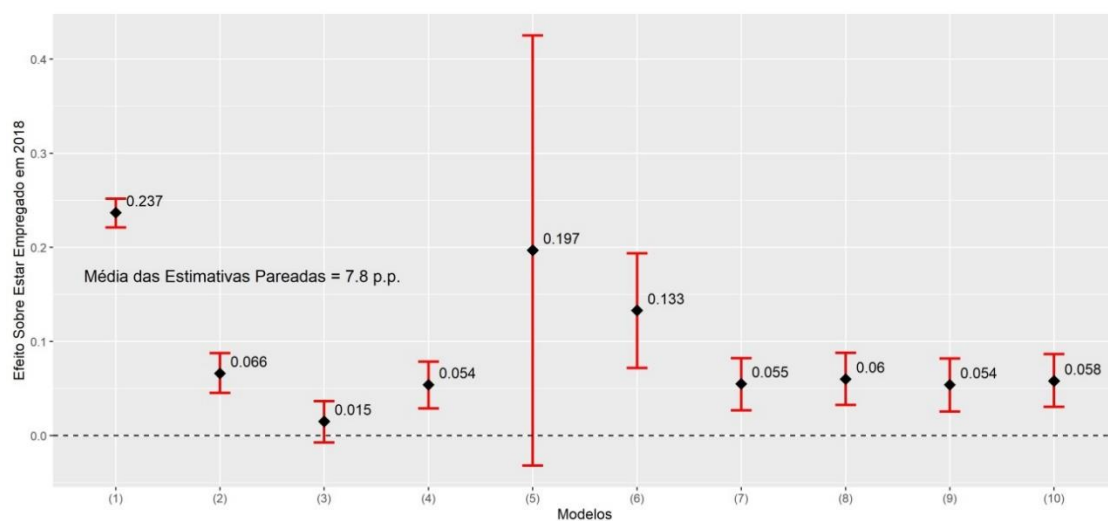
Já os Gráficos 2 e 3 mostram as estimativas de impacto sobre o emprego formal nos anos de 2017 e 2018. No ano de 2017, as estimativas pareadas apontam para um efeito positivo de 2,7 pontos percentuais, com duas estimativas não significantes, enquanto para o ano de 2018 o impacto estimado é de 7,8 pontos percentuais e apenas uma estimativa não significativa. Esses resultados sugerem que o efeito do programa sobre a empregabilidade dos participantes pode ser maior ao longo do tempo. Ou seja, os benefícios da participação no PNB tendem a se materializar em períodos mais longos em comparação com períodos mais imediatos após o término do programa.

Gráfico 2 – Impacto do PNB sobre probabilidade de ter emprego formal em 2017



Fonte: Avaliação de Impacto do PNB/IJSN (2021).

Gráfico 3 – Impacto do PNB sobre probabilidade de ter emprego formal em 2018

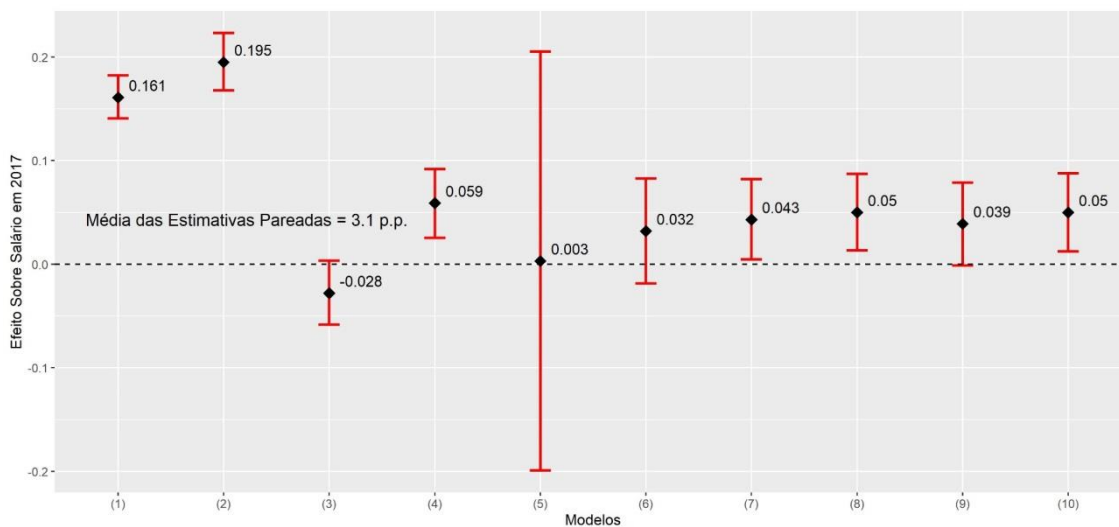


Fonte: Avaliação de Impacto do PNB/IJSN (2021).

Nos Gráficos 4 e 5 são exibidos os resultados para estimativas de impacto do Nossa Bolsa sobre os rendimentos nos anos de 2017 e 2018. Novamente, observa-se um padrão de impactos crescentes ao longo do tempo. Em 2017, a média das estimativas pareadas aponta ausência de incremento, sem significância estatística em quase todas as especificações de pareamento (modelos 3 a 10). Já no ano de 2018, o resultado médio

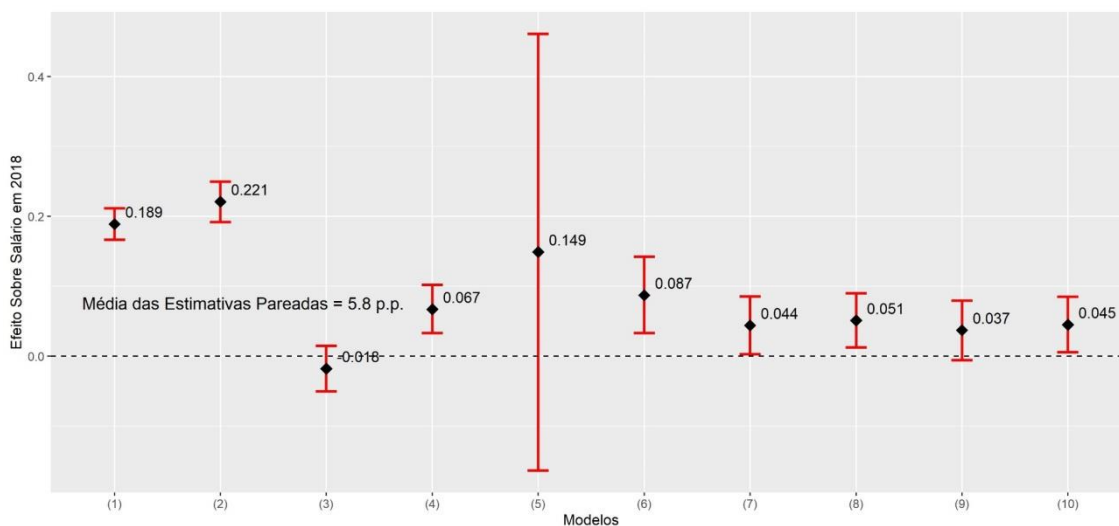
obtido é de 5,8% de incremento no salário devido à participação no programa, com três estimativas não significantes.

Gráfico 4 – Impacto do PNB sobre salário em 2017



Fonte: Avaliação de Impacto do PNB/IJSN (2021).

Gráfico 5 – Impacto do PNB sobre salário em 2018

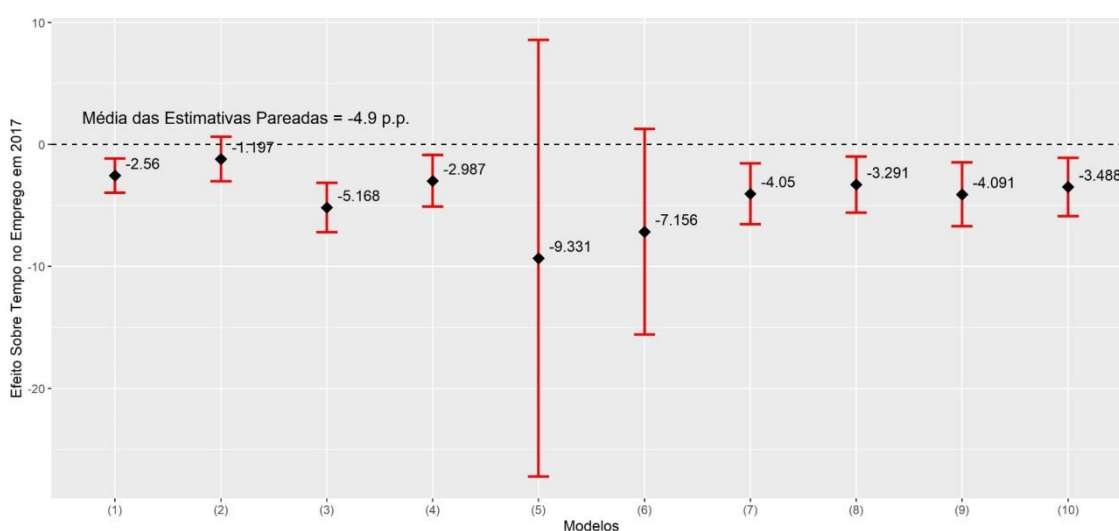


Fonte: Avaliação de Impacto do PNB/IJSN (2021).

Concernente às estimações de impacto sobre o tempo no emprego, os Gráficos 6 e 7 mostram os resultados encontrados. Os resultados pareados mostram um efeito negativo nesse indicador. Para o ano de 2017 o efeito médio encontrado é de -4,9

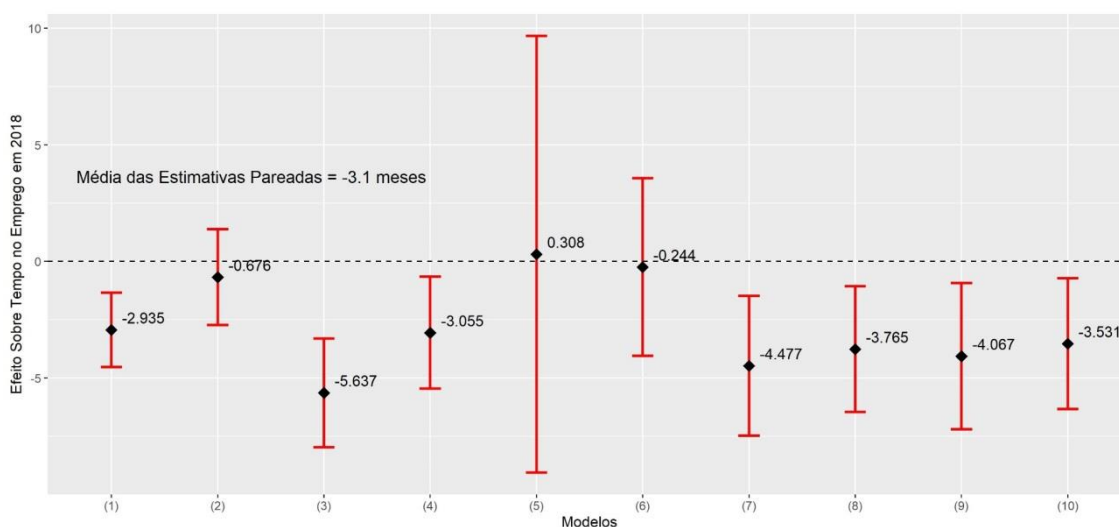
meses, com duas estimativas não significantes. Para 2018, o impacto negativo é de 3,1 meses, também com duas estimativas não significantes. Esses resultados sugerem que os participantes do Nossa Bolsa apresentam uma maior mobilidade de emprego do que os não participantes, o que se reflete num menor tempo de emprego. Contudo, com o passar do tempo essa diferença tende a ser menor, o que pode indicar a permanência dos beneficiários no novo vínculo.

Gráfico 6 – Impacto do PNB sobre tempo no emprego em 2017



Fonte: Avaliação de Impacto do PNB/IJSN (2021).

Gráfico 7– Impacto do PNB sobre tempo no emprego em 2018



Fonte: Avaliação de Impacto do PNB/IJSN (2021).

Quanto às estimações de efeitos heterogêneos do Programa Nossa Bolsa, em todos os casos, os coeficientes de interesse encontrados (NB x “variável”) não foram estatisticamente significativos. As evidências apontam para efeitos homogêneos do Nossa Bolsa para os beneficiários, seja em relação à escolaridade, à obtenção de emprego, salário ou tempo no emprego. Em outras palavras, independentemente das características pessoais, dos cursos escolhidos ou das IES, os efeitos do programa são os mesmos para os beneficiários. A única exceção diz respeito às mulheres em relação aos rendimentos, cujo incremento médio encontrado em 2017 foi de 11,7% e em 2018 de 9,8%.

3.2.4. Recomendações para os Órgãos Finalísticos

Os resultados encontrados a partir da avaliação de impacto apontam o Programa Nossa Bolsa como importante para a sociedade capixaba. Dentre os achados, observa-se impactos positivos sobre a escolaridade, obtenção de emprego e aumento no salário. Apesar do impacto ser negativo em relação ao tempo de vínculo, a análise conjunta dos resultados aponta para uma maior mobilidade no mercado de trabalho para os beneficiários do programa.

A avaliação de impacto do Nossa Bolsa avançou no sentido de estimar os efeitos heterogêneos, a partir das características dos indivíduos, como sexo, se afrodescendente, se jovem, a área do curso escolhido de acordo com classificação do INEP e a microrregião da IES. Os resultados apontam para efeitos homogêneos do programa para os concluintes das bolsas, ou seja, características individuais não são estatisticamente significativas para gerar impacto diferenciado aos beneficiários no que diz respeito à escolaridade e desempenho no mercado de trabalho. A exceção está nos salários para as mulheres concluintes do Nossa Bolsa, com incremento no rendimento em 2017 de 11,7% e, em 2018, de 9,8%.

Ao fim, nota-se que o Programa Nossa Bolsa tem potencial para contribuir com a redução da desigualdade de rendimentos ao propiciar maior acesso ao Ensino Superior por grupos socioeconomicamente desfavorecidos. Esse potencial pode ser alavancado

por meio de uma maior integração dos formuladores dos editais com outras esferas de programas sociais e de desenvolvimento do Governo do Estado. Em particular, destaca-se a “Agenda Mulher”, com foco no empoderamento feminino e no desenvolvimento de lideranças femininas.

Outro eixo de ação que pode potencializar os benefícios do Programa Nossa Bolsa seria sua maior integração com o projeto “Desenvolvimento Regional Sustentável”, que busca identificar ações e projetos para a prosperidade de microrregiões do Espírito Santo. Essa integração pode identificar necessidades regionalizadas de foco do programa na oferta de cursos superiores em maior demanda pelas microrregiões do estado.

A quarta etapa contou também com a análise da oferta de cursos pelo Nossa Bolsa. O estudo abarcou informações do procedimento de definição das vagas e os descontos efetuados pelas IES, bem como outras informações regionais acerca do arranjo produtivo de cada uma das dez microrregiões, a oferta de cursos nos editais de 2020 e 2021 e a demanda dos candidatos, onde também pôde-se observar o interesse de permanecer ou sair da microrregião de origem para usufruir da bolsa de estudos.

Os maiores descontos foram encontrados para os cursos ofertados por IES da Central Serrana (19%), Centro Oeste (16,9%) e Nordeste (16,2%) quando comparadas com a região base do Caparaó. Em relação aos cursos por área do INEP, os maiores descontos foram encontrados para as áreas de Matemática, Humanidades e Educação (em média 4% maiores). A partir do arranjo produtivo local foi observada a possibilidade de ampliação das vagas em cursos da área de saúde, como Odontologia, afóra outros vistos como necessários ao desenvolvimento regional, como Medicina Veterinária. Outra possibilidade de oferta seria optar por ampliar os quadros de vagas em IES privadas sem fins lucrativos, onde há maiores descontos.

Em relação à análise cruzada da oferta e demanda dos cursos, prevalecem a preferência dos inscritos por cursos ofertados na mesma microrregião de sua residência. Quanto aos inscritos com interesse em cursos ofertados em outras localidades, há predominância das microrregiões Metropolitana e Central Sul, destaques econômicos no Espírito Santo.

Mediante os resultados, pondera-se que a decisão dos candidatos pode ser influenciada pela oferta do Programa Nossa Bolsa. Desse modo, sugere-se a escolha de cursos alinhados aos desejos e potencialidades dos arranjos produtivos de cada microrregião. Isto pode oportunizar o crescimento da economia local, bem como reduzir a necessidade de saída dos indivíduos para estudar fora. Do ponto de vista do indivíduo, cursar o ensino superior na microrregião de residência viabiliza a conclusão do curso, visto que os beneficiários não necessitariam arcar com despesas para manutenção fora. Outra opção é elevar a oferta de cursos na modalidade EAD, pois viabilizam o indivíduo trabalhar e auferir renda, por fim, ainda concluir o ensino superior.

3.3. Programa Reflorestar

Projeto coordenado por Pablo Medeiros Jabor

3.3.1. A Política

O programa Reflorestar é uma iniciativa governamental, fruto do alinhamento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) e da Secretaria Estadual de Agricultura, Aquicultura e Pesca (SEAG). Seu principal objetivo é manter, recuperar e ampliar a cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, através da adoção de práticas de uso amigável dos solos²⁵. De tal modo, criam-se estímulos para os proprietários de terra e agricultores adotarem sistemas produtivos e alternativas econômicas ambientalmente corretas e socialmente justas.

Os projetos e contratos são elaborados conjuntamente pelo produtor rural e por um técnico habilitado através da confecção de um mapa de uso atual e futuro da terra, visando a adequação da propriedade às exigências do Código Florestal. Apenas no ano de 2017 foram investidos no programa mais R\$ 10 milhões; a meta era a recuperação de 80 mil hectares até o final do ano de 2018. Destes, 60 mil por meio do monitoramento